

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A UNIVERSITARIZAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Flávia Monteiro de Barros de **Araújo** – UFF

Edil Vasconcellos de **Paiva** –UERJ

O tema deste estudo são as políticas públicas formuladas para a formação, em nível superior, de professores das séries iniciais, no período de 1991 a 2002 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, construídas a partir de um novo quadro normativo federal. A preocupação com a formação de professores em nível superior, no Rio de Janeiro, data de Anísio Teixeira que afirmou a necessidade de formar docentes em cursos de graduação. Essa preocupação ganhou terreno, entretanto, na década de noventa, com a discussão e a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDBEN/1996).

Com a promulgação da LDBEN/1996 foram estabelecidos novos contornos legais e pedagógicos, ocasionando alterações nos currículos, na organização e na gestão das instituições de ensino dos diferentes níveis e modalidades da educação brasileira. Para o Conselho Nacional de Educação, ficou a tarefa de esclarecer e regulamentar a aplicação da LDBEN/1996. Nesse sentido, foram elaborados pelo Conselho, diretrizes, pareceres e resoluções que orientaram os diferentes sistemas de ensino na implantação do novo arcabouço legal. As normas propostas estabeleceram novos desenhos curriculares para os diferentes níveis e modalidades de ensino. No campo da formação de professores, as mudanças atingiram profundamente o plano institucional, com a regulamentação dos Institutos Superiores de Educação (ISE). O objetivo da legislação federal é, em consonância com tendências internacionais, transferir a formação de professores, realizada tradicionalmente nas escolas normais de nível médio, para o nível superior. O novo quadro legal desafiou, no período focalizado, as esferas estaduais a reorganizarem seus sistemas de ensino e a desenvolverem políticas para a concretização das novas diretrizes educacionais emanadas da esfera federal. Esse contexto, marcado pela criação de um novo “lócus” e por novas formas de organizar e conceber a formação de professores suscitou reflexões sobre os rumos das políticas públicas traçadas para esse setor no Estado do Rio de Janeiro, motivando a realização desta investigação.

### **Considerações teórico-metodológicas**

A pesquisa empreendida foi de caráter qualitativo e envolveu diferentes procedimentos metodológicos. Sua primeira etapa, dedicada à revisão da bibliografia, incluiu o rastreamento da literatura específica sobre políticas públicas. Segundo Muller (2002), as políticas públicas são ações que guardam conexão com o universo simbólico e cultural, com o sistema de significações que são próprios de uma determinada realidade cultural. Elas funcionam como “matrizes cognitivas e normativas”, expressando valores e princípios, uma “visão de mundo” particular; campo dos possíveis e do dizível em uma dada sociedade, além de possuírem uma dimensão instrumental. Já Osga (2000) assinala que as políticas públicas constituem um campo de negociação, de lutas entre os grupos envolvidos, um terreno de contestação. Nesta direção, os docentes não são apenas receptáculos de diretrizes elaboradas distantes da escola, mas também construtores de políticas, na medida em que influenciam tanto na

sua formulação, como em seu cotidiano; interpretam e moldam as diretrizes governamentais.

Na segunda etapa do trabalho, foram rastreados e analisados documentos oficiais dos governos estaduais que explicitaram objetivos, planos, programas, projetos e normas legais para a formação de professores em nível superior. Foram realizadas, ainda, entrevistas semi-estruturadas com pessoas que participaram diretamente do processo estudado.

A investigação voltou-se, sem perder de vista os primeiros projetos sobre o tema, para o período posterior à promulgação da LDBEN/1996, quando foram criados os Institutos Superiores de Educação na Rede Pública Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Foram detectadas, desta forma, as primeiras propostas que incluíam o tema no segundo Governo Leonel Brizola (1991-1994); os projetos dos Institutos Superiores de Educação desenvolvidos na gestão do governador Marcello Alencar (1995-1998) e a criação da Rede de Institutos Superiores, no interior do Estado na administração de Antony Garotinho (1999-2002), procurando-se destacar os seus objetivos, assim identificar as concepções de professor e de formação de professor nelas contidas.

### **A formação de professores e o “resgate da educação pública”.**

Em 1991, foi eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), para um segundo mandato no Governo do Estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola. A meta prioritária do novo governo era o resgate da educação pública para as camadas populares apresentado nos documentos e discursos como a proposta central da agenda governamental. O objetivo era colocar em curso mudanças urgentes, implantando-se uma “nova escola, laica, pública, gratuita e de turno único” (CEE/RJ, 1992, p. 1), baseada no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública<sup>1</sup> (CIEPs) e dos Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs)<sup>2</sup>. Propunha-se, também, a criação dos Ginásios Públicos<sup>3</sup> e dos Institutos Universitários para a formação de professores<sup>4</sup>.

O objetivo era formar um novo professor, considerado pelos novos gestores, como um dos requisitos básicos “para efetivação de uma educação diferente”. As críticas recaíam sobre o curso de formação de professores, em nível médio, que oferecia uma qualificação considerada muito teórica e insuficiente. A opção escolhida foi investir nos recém-formados, dando-lhes chance de iniciar sua prática educativa e de dar continuidade ao seu processo de formação, tendo em vista “a resistência em mudar”

---

<sup>1</sup> Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) são escolas de tempo integral, criadas no Estado do Rio de Janeiro, no período das duas gestões do governador Leonel de Moura Brizola (1983-1986 e 1991-1994), dotadas de concepção arquitetônica, administrativa e pedagógica próprias. Esse projeto inspirou-se na experiência desenvolvida por Anísio Teixeira nos anos 50 na Bahia, com a criação do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro que ficou conhecido como Escola Parque (MEMÓRIA, 1995; MAURÍCIO, 2004).

<sup>2</sup> Os Centros Integrados de Assistência à criança (CIACs) foram inspiradas nos CIEPs, constituindo um projeto do governo federal desenvolvido durante o mandato de Fernando Collor de Mello

<sup>3</sup> Os Ginásios Públicos (GP) foram aprovados para funcionarem experimentalmente em junho 1993, pelo Conselho Estadual de Educação com o Parecer CEE/RJ nº 494/94.

<sup>4</sup> O Instituto Universitário de Formação de Professor seria criado em convênio com a UERJ. Essa instituição sucederia o Instituto de Educação, ministrando um curso de complementação pedagógica de nível universitário (CEE/RJ, 1992). Esta instituição não chegou a funcionar, mas a idéia de sua criação revela a preocupação do governo com a implementação de medidas que resgatassem o antigo Instituto de Educação do Rio de Janeiro e com a reformulação do curso de formação de professores.

apresentada pelos professores que atuavam no quadro do magistério (MAURICIO, 1995, p. 185)

Em 1992, foi organizado o Curso de Atualização, em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), para os professores que haviam concluído a formação, em nível médio, no período de 1987 e 1992 e que ainda não integravam o quadro permanente do magistério. Durante os anos de 1992 e 1993, participaram desse programa 6.426 professores que recebiam uma bolsa de estudos e cumpriam “oito horas diárias de formação e aperfeiçoamento, sendo cinco de prática docente orientada e três de aprofundamento no estudo das questões pedagógicas” (MAURICIO, RANGEL, 1995, p. 185).

De acordo com os depoimentos de duas professoras que atuaram no projeto, o programa permitia uma articulação maior entre teoria e prática. As horas de estudo eram dedicadas ao debate e análise dos problemas que surgiam nas salas de aula, tais como dificuldades de aprendizagem, indisciplina. O desenvolvimento do trabalho contava com um acervo de publicações e de vídeos que tornavam o trabalho para elas atraente. Essas docentes lembraram o envolvimento dos estagiários em contraposição à “resistência” dos professores que ingressavam nos CIEPs transferidos da rede regular.

Essa experiência foi considerada por Darcy Ribeiro (1995) como o “primeiro Curso Normal Superior que tivemos no Brasil” (p. 20). Segundo uma professora participante do programa naquele momento ainda não existia nenhuma orientação legal sobre o Normal Superior, e a proposta da UERJ se aproximava do que Darcy Ribeiro concebia como Normal Superior: uma formação que enfatizasse o trabalho em torno das práticas docentes. Assim sendo, ele denominava, livremente, Curso Normal Superior o que era na realidade um curso de extensão.

Darcy Ribeiro avaliava o ensino normal, em nível médio, como degrado (RIBEIRO, 1995, p.13). Considerando a importância do professor na promoção de uma educação de qualidade, colocou como meta criar Escolas Normais Superiores e Institutos Superiores de Educação que formassem um novo professorado devidamente qualificado pelo estudo e treinamento em serviço para o exercício eficaz do magistério.

Desde o início do governo Darcy Ribeiro manifestava intenção de criar um Curso Normal Superior, chegando a planejar a criação de três centros para formação de professores em nível superior que seriam instalados: no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na escola localizada no sambódromo e no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, em Niterói. Essa proposta não foi viabilizada. Mais tarde, foi organizado o Curso de Atualização para as normalistas que deveria se constituir no primeiro Curso Normal Superior, mas, por dificuldades legais não chegou a ser concretizado.

No mesmo período, a Secretaria de Educação estudava a realização de um intercâmbio cultural com o governo francês (ABREU, 1992). O principal interesse era conhecer uma proposta que modificava substancialmente a formação de professores. Em 1992, após convite, foram enviadas seis representantes da administração educacional à França para conhecerem a experiência dos *Instituts Universitaires de Formation des Maîtres* (IUFM).

## **A primeira proposta para formação em nível superior**

Desde 1994, um grupo na Secretaria de Educação já debatía um projeto para criação de um Curso Normal Superior. Este grupo, marcado pela experiência de visitas de estudos à França, buscava resgatar o lugar proeminente do Instituto de Educação /RJ na história da formação de professores no estado. O projeto refletia a discussão interna sobre a necessidade de formar professores em nível superior, resultado tanto das reflexões sobre alternativas para melhoria da qualidade de ensino, como do debate em torno dos *Instituts Universitaires de Formation des Maîtres* e do anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases. O interesse do então Secretário de Educação era, naquele momento, implantar a informática nas escolas, modernizando a rede. O projeto do grupo procurou atender também a orientação do Secretário de Educação, colocando como um dos eixos da proposta a preparação dos professores para as novas tecnologias.

Após verificação das condições de diferentes unidades escolares para sediar o projeto, concluiu-se que este deveria ser instalado no Instituto de Educação (RJ). A escola apresentava localização central e havia abrigado a experiência pioneira de Anísio Teixeira. A proposta era transformar o Instituto de Educação num grande centro para formação e atualização de docentes, de produção de material didático e de pesquisas educacionais. Para a concretização desses objetivos, em 1994, a Secretaria de Educação criou dentro do Instituto uma estrutura específica, o Centro Tecnológico de Qualidade de Ensino.

Para execução do projeto foram realizadas obras de recuperação no prédio do Instituto de Educação e investimentos na aquisição de equipamentos de informática, laboratórios, bibliotecas, videotecas. O Centro seria subdividido em quatro núcleos ou unidades. Cada uma delas voltadas para realização de diferentes tarefas e objetivos. Havia uma unidade encarregada de oferecer formação de professores em nível médio e superior. O curso superior seria oferecido em convênio com a UERJ, com dois anos de duração, constituindo-se numa licenciatura curta segundo os moldes de Lei nº 5692/71. Pretendia-se oferecer uma graduação aos professores e não simplesmente ampliar o tempo de sua formação ou de realizá-la como pós-médio.

Este projeto, que constituiu um embrião do Curso Normal Superior, fundia numa mesma proposta a recuperação das idéias de Anísio Teixeira sobre a escola superior para professores, o resgate do papel do Instituto de Educação defendido pelo grupo ligado a Darcy Ribeiro, à modernidade dos recursos do campo da informática que despertavam o interesse do Secretário de Educação. A idéia era propiciar uma formação com base na pesquisa e na aprendizagem de conhecimentos científicos. Destaca-se no projeto a concepção de uma educação voltada para transformação social e do professor como um prático reflexivo, sintonizado com as mudanças na esfera da produção (CEE/RJ, 1994).

É preciso lembrar que naquele momento já tramitava no Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes e Bases que contou com a participação ativa do então Senador Darcy Ribeiro. As discussões travadas em Brasília repercutiam diretamente nas atividades das duas Secretarias que cuidavam da educação no estado, a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais.

Com a mudança de governo no final de 1994, o projeto foi abandonado. A estrutura física havia sido criada, ocorrendo inclusive à instalação dos computadores e a inauguração do Centro Tecnológico de Qualidade de Ensino (CTQE). A proposta do Curso Normal Superior, delineada por técnicos da Secretaria de Educação, ligados ao governo Brizola, entretanto, não despertou o interesse do novo governo eleito em fins de 1994.

### **A segunda proposta para o Curso Normal Superior.**

Em 1994 ocorreram eleições para os governos estaduais de forma concomitante às eleições presidenciais. Neste cenário político, marcado pelo êxito da implementação do programa de estabilização econômica (Plano Real), foi eleito para governador do Estado do Rio de Janeiro Marcello Alencar. Desde o início da nova administração foram evidenciados eixos comuns entre as políticas educacionais formuladas pelo governo estadual e as propostas em nível federal. Entre os temas da agenda federal que informaram as propostas estaduais de educação, destaca-se a reforma do Estado, a reforma administrativa, o combate à burocratização, à centralização da máquina administrativa e a defesa da participação da comunidade nos processos decisórios (SEE, 1995).

Na Secretaria de Estado de Educação foram colocadas em pauta novas diretrizes políticas, administrativas e pedagógicas que iriam ocasionar a extinção de órgãos e programas anteriores, entre eles, a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, os Ginásios Públicos, além do Ciclo Básico de Estudos. Dois elementos chamam atenção na nova política delineada pela Secretaria de Educação: a proposta de subordinar os processos educativos às necessidades econômicas e a ênfase na qualidade da educação. As antigas preocupações com o “resgate da escola pública” e seu papel na transformação social, cedem espaço para novas interpretações e finalidades para o fenômeno educativo. O cerne passa a ser a preocupação com o crescimento, com a produtividade, com a competitividade e com a equidade social (SEE, 1995). A crença no papel da educação na promoção do desenvolvimento econômico é um dos elementos centrais deste discurso veiculado pela administração estadual, em consonância com a política delineada em nível federal.

No período foram aprovadas duas legislações importantes que suscitaram a formulação de novos projetos para a formação de professores, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e a LDBEN/1996 que estabelecia nas disposições transitórias (art.87, inciso IV) a exigência da formação de professores em nível superior para as séries iniciais. Segundo um dos gestores da Secretaria de Educação no período, era urgente realizar as mudanças postas pelo quadro legal: implantar o FUNDEF e reformular o Curso Normal que havia proliferado de forma desordenada nos municípios.

Nesta direção, ainda em 1997 foi elaborado um projeto denominado Curso Normal Superior e Núcleo de Formação Continuada (Parecer CEE nº 430/97). De acordo com este projeto, a LDBEN/1996 apresentava inquietações para os administradores públicos, conclamando-os a tomar decisões que não poderiam mais ser postergadas. Os dispositivos legais da referida Lei (artigos. 62 e 87) evidenciavam a

inexistência de espaço, finda a década da educação, para a formação de professores nos moldes existentes. Seria preciso criar um novo locus formativo em nível superior e o artigo 63 apontava a saída, os Institutos Superiores de Educação e dentro deles, o Curso Normal Superior (SEE/RJ, 1997).

Entretanto, naquele momento, o Conselho Nacional de Educação (CNE) ainda não havia se manifestado sobre o tema, não existindo, portanto, diretrizes para a organização e o funcionamento dos Institutos Superiores. Diante da ausência de regulamentações específicas para estes institutos o projeto teria caráter experimental. . Explicitava-se no Projeto que o Instituto Superior não seria parte do capítulo da educação superior da LDBEN/1996, nem seria um curso superior de pedagogia; nem o atual curso de formação de professores para 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries “redecorado” (SEE/RJ, 1997, p.6). De acordo com a proposta, o Curso Normal Superior se constituiria num curso pós-médio. A escolha deste formato estava relacionada a diferentes razões. A primeira razão era de cunho político e administrativo: a competência de gerir os cursos superiores públicos estaduais era da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Caso os Institutos Superiores se configurassem como ensino superior a Secretaria de Educação perderia o controle sobre eles. Além disto, havia experiência na América Latina e a influência da literatura sobre o tema. Os trabalhos da Unesco e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, destacavam a transformação dos cursos normais em escolas pós-secundárias no continente. Existiam, portanto, tendências internacionais no campo da formação de professores que sustentavam a opção escolhida. Referendando a idéia, observa-se que na bibliografia do projeto encontram-se obras de organismos internacionais como a UNESCO/CEPAL<sup>5</sup>, a UNESCO/OREALC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O projeto de implantação dos Institutos Superiores de Educação e dos Cursos Normais Superiores era considerado como “âncora para reformulação de toda política setorial de formação de professores” (SEE/RJ, 1997) e central para a melhoria da qualidade da preparação dos docentes. Havia a previsão de uma segunda fase de implementação quando seria organizada uma rede de Institutos de Educação. A instituição, além do curso pós-secundário, ofereceria capacitação para os professores da rede. De acordo com o Subsecretario que atuou naquele momento, quando o CNE elaborasse as diretrizes já existiria uma estrutura criada que poderia ser transformada em um curso superior e os professores da rede já estariam capacitados e seriam aproveitados.

Duas instituições foram escolhidas para abrigar o Instituto Superior de Educação: o Colégio Estadual Julia Kubitschek, no Centro do Rio de Janeiro e o Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, em Niterói. Estes dois pólos seriam dotados de infra-estrutura, “tais como computadores e capacitação especial visando à construção de um nicho próprio para formação de professores” (SEE/RJ, 1997, p.7).

Os resultados do Projeto seriam estendidos para outros Institutos de Educação, num processo de expansão gradativa. Entre as unidades indicadas para oferecerem

---

<sup>5</sup> Entre elas: UNESCO/CEPAL. *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. Brasília: INEP/CEPAL/IPEA, 1995; TEDESCO, Juan Carlos. *Nuevas estrategias de cambio educativo na América Latina*. In *Boletín del Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe*. Orealc-Unesco, Santiago de Chile. *Seminario Regional Necesidades básicas de aprendizaje: Estrategias de acción*. UNESCO/OREALC/IDRC, Santiago, 20-23 Abril 1992.

Curso Normal Superior constavam os Institutos de Educação de Nova Iguaçu, de Nova Friburgo, de Campos, de Itaperuna e de Teresópolis. O curso teria a duração de quatro semestres letivos, num total de 2400 horas. Os seus resultados deveriam ser avaliados e acompanhados por comissões que poderiam ser compostas por representantes da sociedade, membros dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação (SEE/RJ, 1997).

O Projeto de Implantação do Instituto Superior de Educação buscava responder tanto às determinações do quadro legal, como às mudanças vivenciadas no plano social, econômico, cultural e científico. Para os dirigentes da Secretaria da Educação estas mudanças estariam demandando um novo perfil de professor, mais envolvido com a capacidade de aprender a aprender (SEE/RJ, 1997, p.3).

No plano teórico, o Projeto objetivava apresentar novos paradigmas, ressaltando o papel da reflexão na formação de professores. O projeto mencionava diferentes concepções de professor, entre outras, professor investigativo, adaptativo, auto-analítico, elaborador de projeto pedagógico de si mesmo, acadêmico, artesão político (SEE/RJ, 1997, p.3).

Este Projeto, embora aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, não foi implantado. As relações de força presentes na estrutura governamental fizeram com que o segundo projeto de formação de professores em nível superior elaborado pela Secretaria de Educação fosse abandonado e uma proposta da Secretaria de Ciência e Tecnologia emergisse no cenário. O primeiro passo foi dado com a transferência do Instituto de Educação, por decreto para a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

### **A terceira proposta de Curso Normal Superior**

A transferência das instituições de ensino de uma secretaria para outra, ocorreu em meio a disputas pelo controle dos cursos superiores para a formação de professores. Na perspectiva do governo, a Secretária de Ciência e Tecnologia contava com maiores recursos e maior agilidade em seu funcionamento. A transferência do Instituto de Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estava relacionada à importância política desfrutada por esta estrutura no conjunto de forças que formavam o governo. Este processo ocorreu quando ainda tramitava no Conselho Estadual de Educação o projeto de criação dos Institutos Superiores elaborado pela Secretaria de Educação. Subjacente a este processo estava a concepção da formação de professores como mais um curso profissionalizante, ao lado das tradicionais áreas profissionalizantes.

Em junho de 1998, o Instituto de Educação foi transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro<sup>6</sup> (ISERJ). O Decreto nº 24.338, assinado pelo Governador explicitava que o Estado do Rio de Janeiro vivia um momento de renascimento, com a implantação de novas indústrias. Considerando as necessidades de mão de obra qualificada para o desenvolvimento sustentado, era destacado o papel fundamental da formação de professores.

---

<sup>6</sup> Em 1998, a FAETEC solicitou ao CEE/RJ (Processo nº E-03/100.284/98) o credenciamento do Instituto Superior de Educação e a aprovação do Curso Normal Superior.

A proposta elaborada pela Fundação de Apoio à Escola Técnica visava implantar “o novo modelo de formação docente denominado de Instituto Superior de Educação”, caracterizado como promotor da formação profissional. Foram concebidos centros “formadores, disseminadores e produtores de conhecimento referente aos processos de ensino e aprendizagem relacionados à educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental e à educação escolar como um todo”. A prática de ensino e a reflexão sobre ela constituiriam o núcleo central da formação inicial e continuada de professores, devendo ser organizada de forma concomitante a preparação profissional (CEE/RJ, 1998).

O Conselho Estadual de Educação no exame da proposta apoiou-se em deliberações internas relativas ao funcionamento de cursos superiores<sup>7</sup>, tendo em vista que as Diretrizes Curriculares Nacionais ainda não tinham sido aprovadas. Segundo recomendação deste Conselho os Institutos Superiores de Educação deveriam ser criados em instituições que apresentassem “contribuição reconhecida na disseminação e produção de conhecimentos na área de ensino e aprendizagem e na formação de professores” (CEE/RJ, 1998).

A idéia da FAETEC era criar apenas uma única unidade no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, considerado o “símbolo da formação de professores”<sup>8</sup> no estado. O curso foi concebido para ser desenvolvido em quatro semestres e 2880 horas. Tal projeto gerou insatisfação entre os professores do Instituto de Educação. Além dos conflitos com a nova mantenedora, os docentes rejeitando o projeto foram instigados a elaborar uma nova proposta para o Normal Superior, com currículo e carga horária diferentes. Entretanto a proposta do curso, e de seu currículo, ainda estava distante de uma definição mais conclusiva.

### **A proposta que se impõe e a criação da Rede de Institutos Superiores**

Com a posse do governador Antony Garotinho em 1999, a Secretaria de Ciência e Tecnologia estabeleceu uma política que tinha como objetivo desenvolver a ciência e a tecnologia, consideradas como atividades imprescindíveis para o crescimento econômico e social sustentável, e expandir a oferta de cursos superiores no interior do Estado (SOUZA, 2005). Para tanto, foram realizados investimentos na Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), dedicada ao incremento da pesquisa, na criação do primeiro Centro de Ensino à Distância – CEDERJ<sup>9</sup>, na Universidade do Norte Fluminense (UENF), e na expansão da FAETEC que, planejou constituir uma Rede de Institutos Superiores de Educação.

---

<sup>7</sup> Em especial na Deliberação CEE Nº 228 / 98 que dispõe sobre o credenciamento de Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores do Sistema Estadual de Ensino.

<sup>8</sup> Esta expressão foi empregada por um dos gestores da Secretaria da Educação entrevistados.

<sup>9</sup> O CEDERJ, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi criado em 1999, através de um consórcio entre as universidades públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro (Uerj, Uenf, UFRJ, UFRRJ, Unirio e UFF). Entre seus objetivos constam interiorizar o ensino superior; propiciar a formação continuada de professores, em especial, do ensino médio e aumentar o número de vagas em cursos de graduação e pós-graduação no estado.



A política implantada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) afirmava a relação entre “educação e desenvolvimento profissional”, e mais precisamente, entre “educação profissional, ciência, tecnologia e inovação”. O desenvolvimento do interior do estado, meta da nova administração, implicaria na criação de “estratégias de desenvolvimento” relacionadas a novos empreendimentos no campo da educação. O objetivo era implantar institutos de pesquisa e universidades, expandindo-se a educação profissional em nível superior, formando quadros qualificados, “aptos aos desafios da economia do conhecimento e da sociedade da informação” (SECTI, 2005)

A expansão da formação de professores, em nível superior, foi parte deste processo. Logo no início do novo governo, foi elaborada pela FAETEC a proposta de criação de uma Rede<sup>10</sup> com 25 Institutos Superiores de Educação (FAETEC, 2000). O objetivo era oferecer em todo Estado a qualificação adequada para os docentes, criando instituições dotadas da mesma filosofia e ações para a formação de professores. A idéia de uma Rede de Institutos era apresentada como uma nova proposta no campo educacional que pretendia renovar o processo de preparação dos profissionais do magistério e contribuir para diminuição das desigualdades econômicas regionais. Essa elaborada por uma consultoria externa, distinta da proposta dos professores do Instituto de Educação.

A proposta tinha como justificativa a “nova economia” que exigiria o aumento da competitividade econômica e a capacidade de criar melhores produtos”, transformando o papel do professor e da educação. A responsabilidade do professor, numa alusão aos quatro pilares da educação propostos por Jacques Delors (1996), seria “ajudar a construção de um homem mais capaz de saber aprender, de saber criar, de saber fazer, de se transformar e transformar o mundo”.

O planejamento das ações previa a instalação dos Institutos Superiores de Educação em municípios de maior densidade demográfica (FAETEC, 2000). A idéia era transformar os Cursos Normais, em nível médio, que integravam a Secretaria de Educação, “em instituições de ensino superior ou cursos normais superiores, de maneira gradual e contínua, dotando-os dos recursos humanos da área de educação que a modernidade exige”. Assim, aproveitar-se-iam os prédios e os recursos já existentes. Para a FAETEC não se tratava simplesmente de “mudar o nível de ensino, mas transformar de fato a formação em um curso com uma nova filosofia que buscará também a qualidade, além da competência”. Nesta perspectiva, seriam transformados 25 Institutos de Educação em nível médio, em Institutos Superiores e 44 Cursos Normais, também de nível médio, em superiores, atendendo-se à legislação vigente. As unidades escolares objeto de transformação, embora integrassem a rede da Secretaria de Educação, seriam escolhidas pela FAETEC em um processo que implicaria na adaptação dos espaços físicos para funcionamento de um curso superior, na instalação de laboratório de informática e na implantação de bibliotecas mais completas, dotadas de recursos tecnológicos. Os Institutos Superiores de Educação se constituiriam em pólos que orientariam os Cursos Normais Superiores sediados em outros municípios (FAETEC, 2000, p.2-3).

---

<sup>10</sup> Este projeto foi elaborado em 2001 por um grupo de consultores contratado pela FAETEC, sendo apresentado em um documento denominado de Projeto de Implantação e Implementação da Rede de Institutos Superiores.

As metas previam que os Institutos Superiores seriam criados gradualmente nos municípios do interior e ofereceriam, inicialmente, o Curso Normal Superior, (FAETEC, 2000). Posteriormente, estavam previstos cursos de complementação pedagógica e de pós-graduação. O Curso Normal Superior, destinado aos alunos formados em nível médio, oriundos da formação geral, dos Cursos Normais e Técnicos, além dos graduados em nível superior, era organizado em seis módulos de 75 dias letivos, totalizando 24 meses. A previsão seria a cada quatro meses formar cerca de 90 alunos. Para funcionamento das unidades efetuar-se-iam contratos provisórios de professores, considerando-se que os concursos públicos envolviam prazos legais. A contratação provisória justificava-se tendo em vista a “necessária agilidade institucional na busca do novo” (FAETEC, 2000, p. 14). Os docentes deveriam apresentar licenciatura plena e participar de ciclo de palestras e de oficinas pedagógicas. Os portadores de diploma de mestrado ou doutorado seriam selecionados segundo critérios a serem definidos. Posteriormente, seriam realizados concursos públicos. A meta era formar, em nível superior, até 2003, todos os professores em exercício.

Uma segunda versão da proposta de Implantação da Rede de Institutos Superiores de Educação foi elaborada e encaminhada ao CEE em 2002. Inspirando-se nas linhas gerais da proposta anterior, o novo projeto introduzia reformulações na distribuição da carga horária, ampliando o tempo de integralização do curso para três anos. Neste documento enfatizou-se o caráter emergencial da proposta da rede e o objetivo de formar recursos humanos para o magistério, atendendo ao que prescreve a legislação. O projeto da Rede sofreu exigências por parte do CEE/RJ que solicitou a apresentação de projetos individuais para credenciamento. A FAETEC não chegou a constituir a Rede de Institutos Superiores de Educação. Do total de 25 Institutos e 44 Cursos Normais Superiores foram implantados 6 unidades até 2005<sup>11</sup>.

### **Considerações finais.**

Os textos analisados expressaram, freqüentemente, a preocupação dos gestores públicos com o contexto de exclusão social, veiculando imagens de progresso, de desenvolvimento econômico que seriam alcançados através dos projetos de governo. Nos documentos foram enunciados princípios transformadores e as conseqüências benéficas das medidas apresentadas para o funcionamento do sistema.

As políticas públicas dos períodos analisados se caracterizaram, muitas vezes, por contradições, incoerências, não existindo um sentido unívoco na intervenção estatal. As decisões foram construídas em meio a tensões e disputas travadas na arena política, onde diferentes forças lutaram para impor os temas que consideram relevantes, seus objetivos para um determinado setor, não constituindo um processo racional e linear no que diz respeito à determinação de objetivos e de soluções para os problemas diagnosticados.

---

<sup>11</sup> O Decreto nº 37.100 de 18/03/2005 criou, no município do Rio de Janeiro, o Centro Universitário da Zona Oeste (UEZO), que oferece as seguintes graduações: Curso Normal Superior; Curso Superior de Tecnologia em Sistemas da Informação; Cursos Superiores de Tecnologia em polímeros e Biotecnologia e Fármacos; Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Construção Naval e Offshore e Siderurgia. A UEZO foi instalada no mesmo prédio do Instituto de Educação Sara Kubitscheck, unidade que oferece a formação de professores em nível médio.

Foram consagradas outras concepções de educação, de aprendizagem, de professor e de formação. A ênfase na constituição de novas instituições para formação de professores, que combinavam transformações institucionais e pedagógicas, sinalizou o caráter refundacional das políticas educativas que pretendiam instituir novas relações e expressaram um discurso progressista e otimista sobre as transformações nas práticas docentes.

Os projetos focalizados nasceram e foram impulsionados pelo Estado, de cima para baixo, baseados num modelo linear de transformação social e de formulação de políticas. Esta crença parece ignorar a complexidade, o caráter processual e contextual que cercam a implementação das políticas, desconhecendo que a transformação social percorre caminhos erráticos, exige tempo, reflexão, estratégias de médio e longo prazo, lógicas diferentes das partidárias e das retóricas eleitorais.

## **Bibliografia**

ABREU, Zuleika. Passando os olhos pelo sistema francês. **Informação Pedagógica**, n° 2. Rio de Janeiro: Secretária Extraordinária de Projetos Especiais, 1992.

BRAULT, Michel. A experiência francesa. In: MENEZES, Luis Carlos. **Professores: formação e profissão**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: NUPES, 1996.

**DELORS, Jacques** (Coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Paris: Unesco, 1996 .

MULLER, Pierre. **A análise de políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

OSGA, Jennifer. **Investigação sobre políticas educacionais**. Porto, Porto Editora: 2000.

MAURICO, Lucia Velloso. Literatura e representações da escola pública de horário integral. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Educação. Revista Brasileira de Educação, p.40-56, set/dez, 2004.

\_\_\_\_\_. RANGEL, Carmen. A pedagogia dos CIEPs. In: RIBEIRO, Darcy. Carta: falas, reflexões, memórias. Brasília, DF, n°15, p.47-61, 1995

RIBEIRO, Darcy. Carta: falas, reflexões, memórias. Brasília, DF, n°15, p.47-61, 1995.

MEMÓRIA, Tatiana. O Programa Especial de Educação. In: RIBEIRO, Darcy. **Carta: falas, reflexões, memórias**. Brasília, DF, n°15, p.27-37, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Implantação do Instituto Superior de Educação no Estado do Rio de Janeiro - anteprojeto**. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Subsecretaria Adjunta de Ensino. Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_ **Plano Básico de Estudos**. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Coordenadoria Geral Pedagógica. Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_ Subsecretaria de Desenvolvimento da Qualidade da Educação. **Proposta Educacional: pressupostos político e filosóficos Discussão**. Documento de circulação interna. Rio de Janeiro, 1995a.

\_\_\_\_\_ Subsecretaria de Desenvolvimento da Qualidade da Educação. **Em Discussão. Uma Proposta: Educação de Qualidade**. Rio de Janeiro, 1995b.

RIO DE JANEIRO. INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estrutura Curricular do Curso Normal Superior**. Rio de Janeiro: ISERJ, 2000.

RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 102/92 de 30 de abril de 1992**. Aprova Reformulação do Sistema Público de Ensino do Estado do Rio de Janeiro - diretrizes, metas e prioridades, abril 1992.

\_\_\_\_\_ Decreto nº 18.495, de 26 de janeiro de 1993. Institui o Ciclo Básico no ensino de 1º grau das escolas estaduais. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 18, parte 1, 28 jan. 1993a.

\_\_\_\_\_ Parecer nº 01/93. Autoriza a implantação do Ciclo Básico no ensino de 1º grau da rede pública estadual. **Conselho Estadual de Educação**, jan 1993b.

\_\_\_\_\_ Decreto nº 21. 369, de 10 de abril de 1995. Altera e consolida a estrutura básica da Secretaria de Estado de Educação - SEE e da outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 69, parte 1, 11 abr. 1995b.

\_\_\_\_\_ Resolução nº 1935, de 8 de maio de 1995. Estabelece diretrizes para a integração entre Ginásios Públicos e a Rede Pública de Ensino e da outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 87, parte 1, 11 de maio. 1995c.

\_\_\_\_\_ Parecer nº 025/98. Aprova o projeto da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro relativo à Reorganização do Sistema Educacional Estadual. **Conselho Estadual de Educação**, fev de 1998b.

SOUZA, Wanderley de. Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumentos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 21 de dez de 2005. Disponível em < <http://www.secti.rj.gov.br/pages/artigos.asp> > .Acesso em junho de 2006.

XAVIER, Libanea. Nacif. Inovações e (des) continuidades na política educacional fluminense. In: Freire, Américo; Motta, Marly; Sarmiento, Carlos Eduardo. (Org.). **Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2001, v. 1, p. 115-156.